



JORNADAS AUTARQUICAS 2015

6 JUNHO | ENTRONCAMENTO

+ DEMOCRACIA LOCAL  
CONTRA A AUSTRERIDADE

## Propostas GP Bloco de Esquerda 2011/2015: Autarquias Locais

### IVA

- Redução do IVA para a iluminação pública
- Redução do IVA para alimentação escolar
- Isenção de IVA para os transportes escolares

### IMI

- Reforma IMI: criação de escalões e novas taxas sobre a grande propriedade
- Taxa reduzida para habitação própria
- Cláusula de salvaguarda
- Proibição aumento de IMI em 2015
- Benefícios fiscais para prédios situados dentro dos centros históricos UNESCO
- Atualização automática e anual do IMI (tendo em conta idade do prédio)
- Fim das isenções/benefícios fiscais para:
  - Fundos imobiliários
  - Igrejas
  - Instituições desportivas profissionais
  - Colégios particulares
  - Edifícios do Estado e afins

### Lei dos compromissos

- Revogação

### Água e resíduos

- Garantia de propriedade e gestão pública (AdP e EGF – proibição privatização)
- Revoga privatização EGF
- Referendo à privatização do sector da água
- Eliminação da autorização legislativa para o sector da água
- Garante o acesso a bens de primeira necessidade água e energia

## **Transparência**

- Recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ser de acesso público

## **Freguesias:**

- Referendo para a criação, extinção, fusão e modificação de autarquias locais
- Revogação Lei n.º 22/2012

## **Habitação**

- Renda apoiada: suspensão; revogação; projeto alternativo.
- Revogação NRAU
- AUGI:
  - Prorroga prazo de aplicação da lei que estabeleceu o regime excepcional para a reconversão urbanística das AUGI
- Recomenda ao governo a constituição de um fundo para o financiamento da reconversão de áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)
- Porto:
  - Recomenda ao Governo que o IHRU assumira os seus compromissos como entidade participante na SRU Porto Vivo
  - Recomenda a criação de programa especial de reabilitação das ilhas e centro histórico do Porto

## **Empresas municipais:**

- Defende os serviços públicos e os postos de trabalho afetos à atividade empresarial local e das participações locais
- Reforça o controlo democrático, exercido pelos órgãos deliberativos das entidades participantes, sobre as entidades do setor empresarial local e outras entidades compreendidas no perímetro da administração local, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto
- Garante a estabilidade laboral aos trabalhadores do Setor Empresarial Local, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, adequando-a à Diretiva 2001/23/CE, do Conselho, de 12 de Março

## **Outros:**

- Assembleias distritais: pagamento dos salários em atraso aos seus trabalhadores
- Glifosato: em articulação com as autarquias, promova espaços públicos sem glifosato e livres de pesticidas com o recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros
- Taxa municipal Direitos de Passagem: paga diretamente pelas operadoras de comunicações e sanções para o incumprimento
- Altera o regime de funcionamento dos órgãos das freguesias e dos municípios, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e à sexta alteração à Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro